

XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTION

**XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

**ASSOCIAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE *DISCLOSURE* E
CARACTERÍSTICAS CORPORATIVAS DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR FILANTRÓPICAS DO BRASIL – IESFB**

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

Autores

Emanoel Marcos Lima

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
(Calidad de profesor)

Carlos Alberto Pereira

Universidade de São Paulo – USP
(Calidad de profesor)

Márcia Maria dos Santos Bortolocci Espejo

Universidade Federal do Paraná – UFPR
(Calidad de profesor)

Trelew – Patagonia Argentina, Septiembre de 2009

**XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTION
XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

**ASSOCIAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE *DISCLOSURE* E CARACTERÍSTICAS
CORPORATIVAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FILANTRÓPICAS DO
BRASIL – IESFB**

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

RESUMO

O governo brasileiro tem envidado esforços para incrementar o acesso ao ensino superior de seus cidadãos. Neste sentido, instituições de ensino superior, especialmente as pertencentes ao terceiro setor, têm crescido substancialmente. Diante de sua relevância para o país, cumpre observar que tais organizações possuem atributos próprios, inclusive no que tange ao nível de divulgação de suas informações. À luz dessas considerações, o objetivo deste artigo é verificar se existe associação entre o índice de *disclosure* das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil - IESFB e algumas características corporativas. A presente investigação pode ser caracterizada como descritiva, quantitativa, com o emprego de técnica estatística de regressão múltipla. O estudo desenvolve-se a partir da análise de uma amostra composta de 146 entidades cadastradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Como variável dependente, com objetivo de testar as hipóteses estabelecidas, foi desenvolvido e utilizado o Índice de *Disclosure* das instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil – IDIESFB, mensurado a partir das características qualitativas de *disclosure* agrupadas em quatro grupos: (i) visão geral, (ii) desempenho dos serviços, (iii) desempenho financeiro e (iv) situação física e financeira, desenvolvidas e utilizadas no estudo de Coy, Dixon e Tower (1993). Os resultados dos testes demonstraram associação somente entre as características corporativas gratuidade e subvenção. O presente trabalho contribui para a literatura nacional e internacional sobre *disclosure* das instituições ao apresentar a realidade das IESFB, possibilitando, dessa forma, o desenvolvimento de futuras pesquisas.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil é sempre um tema que esteve presente nas propostas de todos os governos e não poderia ser diferente, haja vista sua importância para o desenvolvimento do país. De acordo com o art. 3º da Constituição Federal do Brasil, que estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, o Estado deve “[...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” Por sua vez, o art. 6º, que trata dos direitos sociais, define que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados constituem direitos sociais dos cidadãos. Sendo assim, é dever do Estado promover o bem-estar de toda a sociedade sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação, atendendo-lhe principalmente nas suas necessidades básicas como: saúde, educação, trabalho e segurança. Segundo a Constituição Federal de 1988, o ensino superior será desenvolvido “*com a colaboração da sociedade*”, no sentido de que esta também possa contribuir para a formação do cidadão. O Estado, ao solicitar a participação da sociedade civil na formação das pessoas, reconhece a sua incapacidade em atender a todas as necessidades educacionais dos indivíduos.

Para auxiliar o Estado, em seu fim institucional, surgiram as Instituições de Ensino Superior Filantrópicas - IESFB. Essas instituições, além da imunidade estabelecida na Constituição Federal, gozam também dos benefícios estabelecidos no art. 55 da Lei Orgânica da Seguridade Social nº 8.212, de 24 de julho de 1991. O § 7º do inciso III do art. 195 da CF/88 estabelece que: “São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.”

As instituições de ensino superior sem finalidades lucrativas, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no Decreto nº 2.536, são consideradas entidades beneficentes de assistência social, portanto ***isentas das contribuições para a seguridade social de responsabilidade da empresa***, sendo que os descontos efetuados dos funcionários, autônomos e empresas devem ser recolhidos normalmente.

Em virtude da renúncia fiscal em favor das IESFB, elas estão obrigadas a prestar contas a determinados órgãos do governo. Entretanto, a sociedade até o ano de 2006 só tinha acesso às demonstrações financeiras dessas entidades através dos jornais. A partir de 2007, o Ministério da Justiça tornou obrigatória, para as instituições que possuem o título de utilidade pública federal, onde estão incluídas as instituições objeto deste estudo, a prestação de contas por meio eletrônico estando disponível para qualquer pessoa que queira realizar consultas.

O *disclosure* possui papel essencial na redução da assimetria informacional existente entre a empresa e os *stakeholders* e é tido como uma das principais formas de comunicação entre a empresa e os diversos usuários interessados em avaliar o desempenho da administração.

Um tema que está sendo abordado pela pesquisa positiva internacional em contabilidade desde a década de 80 é a intitulada “Teoria da Divulgação”. Diversos autores têm debatido sobre essa teoria com destaque para os artigos de Verrecchia (1983) e Dye (1985). O principal objetivo dessa teoria é procurar explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras, a partir de algumas perspectivas, buscando entender, entre outros aspectos, as razões econômicas para que determinada informação seja voluntariamente divulgada.

Diante da importância do ensino superior para o Brasil, dos constantes esforços do governo federal para que mais pessoas tenham acesso ao ensino superior, e do fato que as IESFB recebem recursos públicos através da renúncia fiscal para o desenvolvimento de suas atividades, é que se estabelece a principal questão de pesquisa que será respondida ao longo deste estudo: Há associação entre características corporativas (tamanho, localização, gratuidade, benefício fiscal e subvenção) e os níveis de *disclosure*? Visando responder a questão de pesquisa, estabelece-se o seguinte objetivo: verificar se existe associação entre características corporativas e nível de *disclosure*.

O presente artigo está dividido em 6 tópicos além deste. A seguir, serão estabelecidas as bases teóricas em que a investigação se apóia, delimitando os conceitos de Instituições de Ensino Superior Filantrópicas, a literatura pertinente com relação ao tema *disclosure*, bem como evidenciando o estudo de Coy, Dixon e Tower (1993), no qual se baseou o questionário de pesquisa de campo. Além disso, são explicitadas as categorizações metodológicas do estudo, bem como evidenciados os procedimentos para a realização deste. A análise dos resultados destaca o modelo de regressão extraído da relação investigada, bem como por fim são estabelecidas as conclusões e bibliografias utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O que são Instituições de Ensino Superior Filantrópicas

Essas instituições, por não possuírem finalidades lucrativas, estão classificadas como Terceiro Setor. As IESFB, apesar de pertencerem ao terceiro setor, não se caracterizam pela participação voluntária, pois suas atividades são desenvolvidas por funcionários remunerados pela prestação dos serviços, sendo possível, dessa forma, a contratação e remuneração de funcionários para desempenhar as funções necessárias para o desenvolvimento das atividades. Outrossim, em face dos serviços que prestam, exigem a qualificação dos colaboradores, em função não só das exigências do Ministério da Educação, bem como da sociedade.

Para Benedicto (1997, p. 20):

As instituições de ensino – quer particulares, quer públicas, com ou sem fins lucrativos – são organizações constituídas para oferecer benefícios à sociedade. Esses benefícios são de natureza social, cultural, econômica, educativa, tecnológica e moral. Sua existência só tem sentido quando realmente estão contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

A essas características pode-se acrescentar que, diferentemente da maioria das entidades sem finalidades lucrativas, estas entidades sobrevivem com recursos oriundos de mensalidades provenientes da prestação de serviços educacionais e também de subvenções e convênios firmados tanto com a iniciativa privada como com órgãos governamentais.

Observa-se que o lucro não é objetivo dessas entidades, entretanto necessário para a manutenção do patrimônio e para assegurar a continuidade e o cumprimento da missão da instituição. Além disso, adiciona-se às características das entidades do terceiro setor o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, expedido pelo Ministério da Educação. O quadro 1 delinea o conceito de IESFB.

Quadro 1 – Conceito de IESFB

Instituições de Ensino Superior com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social são instituições que apliquem, anualmente, em gratuidades, pelo menos 20% (vinte por cento) da sua receita bruta total; que promovam a assistência educacional em nível superior, visando à preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, provocando, dessa forma, mudanças na sociedade e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado, a partir de mensalidades, subvenções, doações e convênios com entidades públicas e privadas, não podendo, de forma alguma, seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes receber qualquer remuneração, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Fonte: Adaptado de Lima (2003, p.45)

2.2 Literatura sobre *Disclosure*

2.2.1 Teoria sobre *Disclosure*

Hope (2003) argumenta que *disclosure* é um fenômeno inerentemente complexo e uma simples teoria pode dar uma explicação parcial. Verrecchia (2001) e Dye (2001) apresentam uma revisão teórica e demonstraram argumentos para a existência de uma teoria unificada ou abrangente sobre *disclosure*.

A taxonomia proposta por Verrecchia (2001, p. 99) engloba três categorias amplas de pesquisa sobre *disclosure* na contabilidade:

- Pesquisa baseada na associação (*association-based disclosure*) – busca identificar a associação entre *disclosure* e o comportamento dos investidores.
- Pesquisa baseada na discricionariedade do *disclosure* (*discretionary-based disclosure*) – procura identificar os motivos da divulgação, busca identificar por que os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações.
- Pesquisa baseada na eficiência do *disclosure* (*efficiency-based disclosure*), que debate que tipo de informações são preferidas e mais eficientes, considerando que as informações ainda não foram divulgadas.

Por sua vez, Dye (2001, p. 184) discorda parcialmente de Verrecchia colocando os seguintes argumentos: no que diz respeito ao *disclosure* obrigatório, concorda que a literatura existente não está suficientemente amadurecida para merecer o *status* de teoria. Já com relação ao *disclosure* voluntário, Dye (2001) defende que essa questão pode ser estudada como um apêndice dentro da Teoria dos Jogos, onde a entidade fará ou não *disclosure*, na proporção em que este seja favorável ou não à entidade.

Dye (2001, 185) cita como exemplo uma empresa que, em seu relatório, destaca somente o seu sucesso, programa de redução de custos, e não faz qualquer tipo de citação às suas receitas. De acordo com o autor, nesse caso a teoria permite prever que o crescimento das receitas não foi tão satisfatório como no caso do programa de redução de custos, antes mesmo de examinar a demonstração de resultados. Para Dye (2001), a utilização da premissa de que as empresas ou seus gestores irão divulgar o que acreditam ser favorável à empresa e omitir o que for desfavorável não tem necessariamente ligação com valorização ou desvalorização do preço da ação.

Verrecchia (2001, p. 100) defende que uma teoria abrangente deveria reconhecer todos os aspectos relacionados com o papel da eficiência, dos incentivos e a endogeneidade do processo de mercado, sendo que este abrange as interações entre investidores que são agentes que visam maximizar o seu próprio bem-estar.

Dye (2001) apresenta alguns motivos pelos quais o mercado não consegue pressionar as empresas a fazerem divulgação:

- a) desconhecimento por parte dos *stakeholders* do potencial de informação disponível;
- b) interpretação da informação ou da ausência dela de maneira diferenciada pelos investidores;
- c) em função do gerenciamento de resultados, a credibilidade do *disclosure* é comprometida.

De acordo com o modelo analítico proposto por Verrecchia (2001), o *disclosure* discricionário resulta em cinco hipóteses empiricamente testáveis, as quais têm correlação:

- a) positiva com o desempenho da empresa,
- b) negativa com os custos de divulgação,
- c) positiva com o nível de assimetria informacional entre os investidores externos e a empresa,
- d) positiva com a importância dada pela empresa às percepções dos terceiros, e
- e) positiva com o nível passado de divulgação.

Verrecchia (2001) e Dye (2001), apesar de algumas discordâncias, concordam que atenção especial deve ser dada para estudos sobre a eficiência do *disclosure* obrigatório. A discussão entre esses autores sobre as questões relacionadas ao *disclosure* dizem respeito ao mercado de capitais; entretanto, no que diz respeito ao *disclosure* das IESFB objeto deste estudo, observa-se que ainda se tem muito que avançar, haja vista a escassez de estudos nessa área.

2.2.2 Associação entre características corporativas e nível de *disclosure*

Ahmed e Courtis (1999) desenvolveram estudo com o objetivo de verificar e indicar os fatores de diferenças nos resultados em estudos empíricos que buscam identificar a associação entre características corporativas e nível de *disclosure*. No estudo, os autores aplicaram a técnica de meta-análise em 29 estudos. Os autores citam estudo realizado por Cerf's (1961) que foi designado não somente para identificar o maior *disclosure*, mas para explicar, através da associação com atributos da companhia, porque algumas empresas aderem a melhores políticas de *disclosure* do que outras.

Ahmed e Courtis (1999, p.37) enfatizam:

Sucessivos estudos têm investigado a associação entre *disclosures* e características da empresa empregando uma variedade de índices de *disclosure* e métodos de pesquisa em diferentes países. Dependendo dos objetivos da pesquisa muitos atributos das empresas têm sido examinados

nos estudos de *disclosure* dos relatórios anuais. As mais frequentes dessas características das empresas têm sido tamanho, ranking, estrutura de capital (alavancagem), lucratividade e tamanho da empresa de auditoria.¹¹⁶

Para Ahmed e Courtis (1999), as explicações para selecionar as características das empresas incluem: custos de agência, custos dos proprietários, política de custos, governança corporativa e controle, sinal e assimetria informacional, necessidades de capital, custos judiciais e reputação da empresa de auditoria.

O tamanho da empresa é medido pelo valor contábil dos ativos, valor de mercado da firma, receita total ou número de acionistas e tem sido encontrado por ser significativamente e positivamente associado com níveis de *disclosure* em vários estudos, conforme citam Ahmed e Courtis (1999), sugerindo que companhias maiores seguem melhores práticas de *disclosure* nos países desenvolvidos (Cerf, 1961; Singhvi e Desai, 1971; Stanga, 1974; Buzby, 1975; Belkaoui e Kahl, 1978; Firth, 1979; Courtis, 1979; McNally *et al.*, 1982; Cooke, 1989a, 1989b, 1992; Wallace *et al.*, 1994; Inchausti, 1997) e em desenvolvimento Novos Países Industrializados (NIC) (Chow e Wong-Boren, 1987; Tai *et al.*, 1990; Ahmed e Nicholls, 1994; Hossain *et al.* 1994; Marston e Robson, 1997). Ahmed e Courtis (1999) explicam que, apesar de uma consistente associação positiva significativa entre tamanho da organização e níveis de *disclosure* ter sido registrada, nota-se que existe uma ampla variação nos resultados.

Associação positiva também foi verificada com relação à alavancagem, que é medida pelo valor contábil das obrigações e o patrimônio líquido ou pelo valor contábil do ativo total e nível de *disclosure* (Myers, 1977; Schipper, 1981; Chow e Wong-Boren, 1987; Wallace *et al.*, 1994, conforme Ahmed e Courtis, 1999).

Jensen e Meckling (1976) argumentam que as firmas com alavancagem mais alta incorrem em mais custos de controle e, sendo assim, elas buscam reduzir esses custos pelo *disclosure* de mais informações nos relatórios anuais. Em seu estudo, Ahmed e Courtis (1999) afirmam que a evidência empírica relacionada com essa hipótese é inconclusiva, destacando que alguns estudos têm encontrado uma relação significativa (Courtis, 1979; Malone *et al.*, 1993; Hossain *et al.*, 1994), enquanto outros não têm encontrado relacionamento (Chow e Wong-Boren, 1987; Ahmed e Nicholls, 1994; Wallace *et al.*, 1994; Wallace e Naser, 1995; Hossain *et al.*, 1995; Raffournier, 1995).

A rentabilidade da firma também é outra hipótese associada positivamente com o nível de *disclosure*. Singhvi e Desai (1971) argumentam que maior lucratividade motiva gerenciamento e fornece mais informações porque ela aumenta a confiança dos investidores que, por sua vez, aumenta a compensação do gerenciamento. Sobre essa característica, Ahmed e Courtis (1999) afirmam que evidências empíricas fornecem resultados conflitantes. Uma relação significativamente positiva foi encontrada em alguns estudos (Singhvi, 1968; Singhvi e Desai, 1971; Wallace *et al.*, 1994), enquanto outros estudos não encontraram tais relacionamentos (McNally *et al.*, 1982; Lau, 1992; Raffournier, 1995). Uma associação significativamente negativa entre lucratividade e nível de *disclosure* tem também sido registrada (Belkaoui e Kahl, 1978; Wallace e Naser, 1995).

¹¹⁶ “Several succeeding studies have investigated the association between disclosures and firm characteristics by employing a variety of disclosure indices and research methods in different countries. Depending on research objectives, several corporate attributes have been examined in annual report disclosure studies. The most frequent of these characteristics have been corporate size, listing status, capital structure (leverage), profitability, and size of the reporting entity’s audit firm.”

De acordo com Ahmed e Courtis (1999), vários estudos examinaram a associação entre o tamanho da empresa de auditoria e o nível de *disclosure*, destacando: Firth, 1979, DeAngelo, 1981; Wallace *et al.*, 1994, sendo que os resultados dos estudos não são conclusivos. Alguns estudos encontraram que empresas de auditoria maiores mostraram uma significativa associação ($p \leq 0,05$) com elevado nível de *disclosure* (Singhvi e Desai, 1971; Malone *et al.*, 1993; Ahmed e Nicholls, 1994; Hossain *et al.*, 1994; Raffournier, 1995; Ahmed, 1996; Patton e Zelenka, 1997). Resultados similares foram obtidos por outros estudos, mas com menor nível de significância (MacNally *et al.*, 1982; Tai *et al.*, 1990). Outros estudos, segundo os autores, não apresentaram relacionamento entre tamanho da firma de auditoria e nível de *disclosure*, (Singhvi, 1968; Courtis, 1979; Firth, 1979, Tong *et al.*, 1990; Wallace *et al.*, 1994).

Os autores também analisaram outros estudos que examinaram a associação de *disclosure* dos relatórios anuais com outras variáveis: os estudos de Belkaoui e Kahl, 1978; Wallace *et al.*, 1994; Wallace e Naser, 1995 incluíram liquidez, sendo que os resultados mostraram relacionamento não significativo entre nível de *disclosure* e a liquidez da firma. O tipo de segmento empresarial também foi investigado por Stanga, 1976; Belkaoui e Kahl, 1978; McNally *et al.*, 1982; Wallace, 1987; Cooke, 1989a, 1989b; Wallace *et al.*, 1994. Alguns países apresentaram relacionamento significativo (Stanga nos USA, Belkaoui e Kahl no Canadá e Cooke na Suécia), enquanto outros não (Wallace na Nigéria, MacNally *et al.* na Nova Zelândia e Wallace *et al.* na Espanha).

Outros estudos examinaram o relacionamento do nível de *disclosure* com a nacionalidade dos gestores, relacionamento com a *holding* e qualificação do principal executivo contábil na Índia (Singhvi, 1968); Bangladesh (Parry e Grove, 1990; Ahmed e Nicholls, 1994; Ahmed, 1996); Nigéria (Wallace, 1987); Tanzânia (Abayo *et al.*, 1990) e Suécia (Cooke, 1989, 1989b). Os resultados encontrados por Singhvi demonstram que empresas indianas gerenciadas por gestores nacionais evidenciavam menos informações que seus colegas gestores estrangeiros. Abayo *et al.* (1990) e Ahmed e Nicholls (1994) encontraram que o nível de aceitação com as normas de *disclosure* obrigatório não teve associação significativa com a qualificação profissional pelo principal executivo contábil. Enquanto Wallace (1987) e Ahmed e Nicholls (1994) encontraram um relacionamento significativo entre nível de *disclosure* e o relatório da entidade quando a entidade é uma subsidiária de uma companhia multinacional, em oposição a esse resultado Cooke (1989a, 1989b) não encontrou tal relacionamento.

Courtis (1979) desenvolveu estudos com empresas da Nova Zelândia onde examinou uma série de variáveis: oportunidade do relatório anual; custo de elaboração do relatório anual, percentual de dividendos; seguro de variação de preços, idade da companhia, taxa de retorno; e emissão de seguros no mercado de ações da Nova Zelândia. Ele encontrou uma associação significativa entre níveis de *disclosure* em cada uma das variáveis acima, exceto oportunidade e idade da companhia.

2.2.3 Estudo de Coy, Dixon e Tower (1993)

Durante o período de 1985 a 1990 ocorreram mudanças consideráveis nos relatórios anuais das instituições de educação superior da Nova Zelândia. O estudo buscou examinar se essas mudanças continuaram, tendo como base o conteúdo do relatório, a oportunidade na publicação e a extensão da distribuição.

No estudo, foram utilizados dois conjuntos de informações. Primeiramente, os relatórios de 1992 publicados até novembro de 1993 são analisados pela qualidade do conteúdo utilizando índice de *disclosure* desenvolvido por Coy, Tower e Dixon (1993), e comparado com análises similares dos relatórios de 1991 a 1990. Posteriormente, em abril

de 1993 foram enviados questionários para 32 instituições com o objetivo de se obter informação de quando e para quem os relatórios anuais de 1992 foram distribuídos.

A oportunidade dos relatórios anuais da educação superior foi considerada sobre dois aspectos: a data quando as demonstrações financeiras são enviadas ao parlamento e a data quando as demonstrações estão disponíveis para usuários externos e o público em geral. A primeira chamada pelos autores de oportunidade do processo estatutário e a segunda de oportunidade de *accountability* pública.

Os autores defendem que os indivíduos têm o direito de examinar os relatórios das instituições a partir da data que os relatórios são disponibilizados ao parlamento, no entanto a oportunidade dos relatórios anuais, no sentido de distribuição ao público é deixada a critério de cada instituição.

Como distribuição os autores consideram o número de relatórios enviados aos indivíduos e outras organizações, o alcance e adequação das pessoas a quem são enviados os relatórios, a sua disponibilidade em bibliotecas, e a forma como a sua acessibilidade é divulgada inclusive os comunicados à imprensa e a utilização de anúncios publicitários. O estudo aponta que a maioria dos relatórios anuais (61%) é distribuída às pessoas que trabalham na educação superior.

Os relatórios anuais das instituições de educação superior da Nova Zelândia foram avaliados com o auxílio de um índice de *disclosure* que mede a sua qualidade utilizando uma escala ordinal. Em um estudo anterior, Dixon *et al.* (1992) analisaram os relatórios relativos aos anos de 1985 até 1990 utilizando um índice chamado score de *disclosure* de *accountability* (AD-score). Este índice incluía 43 itens que os autores identificaram por meio de uma combinação de dedução ou indução e que, na opinião dos autores, contribuem para a *accountability* pública.

Antes de avaliar os relatórios de 1992, os autores revisaram o método AD-score e decidiram continuar o desenvolvimento do índice, analisando os pontos fracos que se tornaram aparentes, incluindo aqueles atribuíveis à transformação nos relatórios a serem publicados em 1991 e 1992, em comparação com anos anteriores. Como resultado desta revisão, o número de itens no índice foi reduzido de 43 para 26. Esta redução compreendeu a inclusão de um novo item, o índice de alocação overhead, e a redução dos atuais 43 itens para 25 itens, através da combinação de vários itens que foram previamente tratados separadamente. O índice revisado foi chamado de Score de *Disclosure* de *Accountability* Modificado (DAM-score) é, a seguir, apresentado com detalhamento e conteúdo de cada um dos itens.

I – Visão Geral

01 – Demonstração de Objetivos

Demonstração que deve incluir os seguintes itens: missão, objetivos e metas de desempenho em específico, concisos, com terminologia compreensível e realista. Os itens devem ter dimensões quantitativas/mensuráveis e fornecer um quadro de tempo.

02 – Relatório descritivo/revisão geral

Relatório emitido pelo presidente do conselho e ou vice-chanceler. Relatório das principais atividades e realizações, no conjunto do contexto social, econômico e política ambiental. Incluindo algumas quantificações com comparativos.

03 – Resumo dos fatos e números

Principais fatos e números (destaque para dados estatísticos), incluindo tendências e comparativos de 4 anos, possivelmente ilustrações.

04 – Revisão financeira

Revisão das receitas, custos, ativos, obrigações, projetos de capital e qualquer outro tema financeiro significativo. Incluem explicação de tendências, possivelmente ilustrações.

05 – Políticas contábeis

Detalhamento das políticas contábeis utilizadas e as mudanças ocorridas, evidenciando todos os critérios de apresentação. Razões para mudanças com explicação detalhada e com valor do impacto nas demonstrações.

06 – Informações da diretoria

Endereço, telefone, número do fax, conteúdo da página na internet, data da emissão do relatório anual, membro do conselho e quem ele representa, funcionário sênior da administração.

II – Desempenho dos serviços

07 – Número de estudantes

Número de estudantes com informação de pelo menos 4 anos e tendência, discriminando os estudantes em tempo integral e tempo parcial, bem como o nível de estudo: graduação, pós-graduação e outros cursos.

08 – Formandos

Número de formandos por curso com informações de pelo menos 4 anos.

09 – Emprego/destino dos estudantes da educação

Destino dos estudantes após a formatura, principalmente com relação aos estudantes de anos anteriores.

10 – Publicações

Publicações por curso e tipo (por exemplo, referências de periódicos, artigos, etc.), de pelo menos 4 anos.

11 – Percentual de estudantes na faculdade

Percentual de estudantes na faculdade em relação ao total de estudantes da instituição.

12 – Metas

Descrição clara dos objetivos ou metas especificamente com relação ao serviço de ensino e pesquisa e realizações com relação a cada item. Quantificação quando possível com relação às receitas, processos, custos e resultados. Comparação entre objetivos/metasp e realizações.

III – Desempenho financeiro

13 – Demonstração das Operações - DRE

Demonstração resumida das operações de pelo menos dois anos para fins de comparação, incluindo notas explicativas e outras informações necessárias para melhor entendimento dos usuários.

14 – Depreciação

Descrição detalhada da depreciação de todos os ativos em uso, incluindo taxas e vida útil.

15 – Informações orçamentárias

Todas as principais demonstrações contábeis, incluindo demonstração de operações, fluxo de caixa, custos dos serviços e balanço patrimonial. Mostrando variação e explicação das maiores variações.

16 – Custo unitário por estudante

Custo unitário por estudante, custo total e por faculdade/escola de pelo menos 4 anos apresentando tendências e ilustrações.

17 – Demonstração do fluxo de caixa

Fluxo de caixa de pelo menos dois anos para fins de comparação, com notas explicativas e outras informações necessárias para que o usuário entenda claramente a reconciliação com superávit ou déficit operacional.

18 – Subsídio para pesquisa

Informações sobre o valor dos recursos recebidos e destinados para a pesquisa por área de estudo e projeto.

19 – Alocação de overhead

Composição do total de *overheads*. Adicionalmente, detalhes da alocação dos *overheads* para faculdades/escolas, bases de alocação, comparativo da previsão anual.

IV – Situação física e financeira

20 – Balanço Patrimonial

Demonstração detalhada, divulgando todos os ativos incluindo terrenos, construções e estoques, e todas as obrigações. Detalhes das reservas e suas modificações. Comparativo anual, notas explicativas extensivas, análise dos ativos por faculdade/departamento. Ativos controlados, mas que legalmente não são próprios, patrimônio financeiro no início do ano corrente, mudanças durante o ano e balanço no final do ano.

21 – Faculdade/Funcionários

Informações do total de funcionários e por faculdade/escola, classificados em docentes por antiguidade, administrativos, técnicos e outros, a tempo integral e a tempo parcial,

com pelo menos informações comparativas de 4 anos. Porcentagem dos docentes com doutorado. Rotatividade do pessoal.

22 – Biblioteca

Informações financeiras e não-financeiras. Periódicos, quantidades e mudanças do acervo. Detalhes das doações (mecenato). Vídeos e coleções similares. Pessoal e instalações biblioteca. Comparativos.

23 – Investimentos

Relatório mostrando todos os investimentos, movimentos e resultados. Comparativos, valor de custo e valor de mercado. Base de avaliação.

24 – Compromissos e contingências

Se não tem compromissos e contingências, demonstrar claramente essa situação. Se existem contingências, separar, divulgando itens individuais com impacto financeiro e afirmando que todos os itens foram divulgados. Se existem compromissos, demonstração com *disclosure* total, afirmando objetivos/projetos e mostrando o total das despesas esperadas e despesas até a data do encerramento do exercício. Demonstração clara de que todos os itens foram divulgados.

25 – Emprego e informação do patrimônio educacional

Informações de funcionários e de estudantes, incluindo sexo, etnia, deficiência e idade.

26 – Uso da edificação

Inclui a área total dos edifícios e instalações no campus, uma indicação de como eles são utilizados, inclusive para que disciplinas, projetos, laboratórios, etc.

3 Metodologia da Pesquisa

O objetivo deste tópico é apresentar os critérios adotados na pesquisa, em termos de seleção da amostra, estruturação do índice de *disclosure* e variáveis utilizadas.

3.1 Planejamento da pesquisa e coleta de dados

Uma das formas para verificar a realidade é a pesquisa de campo que, segundo Vergara (2000, p. 47), “[...] é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.” Segundo Cooper & Schindler (2003), a pesquisa pode ser classificada como descritiva quanto ao objetivo do estudo. Com relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa, com o emprego de técnica estatística.

A forma selecionada para a coleta dos dados foi por meio de consultas ao banco de dados do Ministério da Justiça e também às páginas da internet das instituições pesquisadas. Foi possível, através das pesquisas realizadas, conhecer um pouco mais da realidade das IESFB inscritas no CNAS e, com base nas informações coletadas, tendo por base o MDA de Coy, Tower e Dixon (1993), elaborar um índice de *disclosure* das IESFB brasileiras.

3.2 Variáveis

Foram definidas, para fins deste estudo, as seguintes variáveis: o tamanho da entidade, alavancagem, localização, o valor das gratuidades, o valor dos benefícios fiscais e o recebimento por parte da entidade de subvenção.

- a) Tamanho da entidade – definido em função do ativo total da entidade tendo por base os parâmetros definidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/cartilha/cartilha.pdf>, acesso em 10.09.2008, conforme abaixo:
 - Micro empresa: até R\$ 1.200.000,00;
 - Pequena empresa: entre R\$ 1.200.000,00 e R\$ 10.500.000,00
 - Média empresa: entre R\$ 10.500.000,00 e R\$ 60.000.000,00; e
 - Grande empresa: acima de R\$ 60.000.000,00.
- b) Alavancagem – medida em função da relação entre exigível total e o ativo total.
- c) Localização – Região geográfica onde está estabelecida a entidade, sendo que o Brasil está dividido em cinco regiões: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul.
- d) Gratuidade – No caso das entidades objeto deste estudo, na grande maioria, é a prestação de serviços, através de serviço escolar, formação profissional e assistência social à comunidade carente ou a quem dela necessitar. Esses serviços são denominados de beneficências ou gratuidades que são serviços que as IESFB registradas no CNAS estão obrigadas a prestar à comunidade carente como forma de aplicar os recursos recebidos do poder público e também da sociedade, sendo calculado o percentual que representa as gratuidades totais em relação a receita total do exercício de 2007.
- e) Benefícios Fiscais – significa o quanto a entidade deixou de recolher de tributos aos cofres públicos em função da sua condição de entidade sem fins lucrativos. Nesse estudo foram considerados apenas os valores devidos ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em função de que essa era uma informação que todas as instituições forneceram. Para fins de aplicação dos testes estatísticos, foi calculado o percentual dos benefícios fiscais em relação a receita total do exercício de 2007.
- f) Subvenções – significa se a IESFB recebeu ou não recursos financeiros, materiais ou tecnológicos dos governos federais, estaduais e municipais ou de empresas públicas para aplicação nas atividades, quer seja de custeio quer de capital.

As variáveis foram extraídas do banco de dados do Ministério da Justiça referente ao exercício de 2007. Sendo assim, o presente trabalho visa testar a existência de evidências estatísticas, ao nível de significância de 5%, de que algumas características corporativas, previamente definidas, influenciam o nível de *disclosure*.

3.3 Construção da variável *Disclosure*

Estudos sobre índice de *disclosure* têm um forte fundamento na literatura contábil. A maioria dos estudos, de acordo com Gordon *et al.* (2002), tem utilizado uma lista pré-determinada de *disclosures* que analistas financeiros e/ou *stakeholders* consideram

importantes no processo da decisão de investimento. Os autores têm adotado em seus estudos índices ponderados e não ponderados.

O presente estudo focou sobre o *disclosure* das IESFB brasileiras. Os *disclosures* examinados foram apenas aqueles encontrados nas informações prestadas pela instituição para o Ministério da Justiça e também aqueles disponibilizados em sua página da internet, já que nosso pedido ao CNAS, conforme Anexo B, foi negado. No total foram pesquisadas 146 IESFB.

Nesta pesquisa, optou-se por elaborar um índice de *disclosure* próprio, haja vista não termos nenhum índice no Brasil para as instituições pesquisadas, a partir do índice estruturado por Coy, Dixon e Tower (1993), adaptado à realidade brasileira. O índice compreende informações de natureza obrigatória e voluntária, e possibilita a todos os envolvidos, ou seja: governo, gestores e sociedade conhecer: informações de natureza geral, o desempenho dos serviços e financeiros, bem como a situação financeira da instituição.

O índice desenvolvido é composto de 26 questões, sendo que, quando a instituição divulgou o item, recebeu 1 e se não divulgou recebeu 0. Assim como Gordon *et al.* (2002), não foi realizada qualquer tipo de pontuação em função da quantidade ou da qualidade do *disclosure*, haja vista que os autores não possuíam informações disponíveis para realizar esse tipo de avaliação. Sendo assim, uma instituição, por exemplo, que divulgou um item referente aos últimos 5 (cinco) anos recebeu a mesma pontuação que a instituição que divulgou a informação apenas de 1 (um) ano. A estrutura utilizada para apuração do Índice de *Disclosure* das IESFB é o MDA desenvolvido por Coy, Dixon e Tower (1993), que se encontra detalhada no item 2.2.3. O índice engloba 4 (quatro) conjuntos de informações:

- Informações gerais sobre a instituição (06 itens) - relacionados com os objetivos da instituição, principais fatos e números, políticas contábeis adotadas e informações sobre a diretoria.
- Desempenho dos serviços (06 itens) – relacionados com o desempenho da instituição com relação aos estudantes, formandos, destino dos egressos, publicações, percentual de estudantes e metas.
- Desempenho financeiro (07 itens) – relacionados com o desempenho financeiro da entidade apresentando: resultado das operações, informações detalhadas sobre depreciação e orçamento, custo dos estudantes, fluxo de caixa, subsídio para a pesquisa e alocação de overhead.
- Situação física e financeira (07 itens) – apresenta a situação física e financeira da entidade por meio das seguintes informações: balanço patrimonial, funcionários da faculdade, investimentos, biblioteca, compromissos e contingências, patrimônio educacional e uso da edificação.

Em cada conjunto de informação, a pontuação obtida pela entidade foi apurada pela divisão entre a soma de pontos obtidos e a pontuação total possível do conjunto, o mesmo procedimento foi adotado para apuração do índice de *disclosure total*.

3.4 Modelos estatísticos

Na investigação em questão foram utilizados modelos de regressão de mínimos múltiplos quadrados para testar as hipóteses acima estabelecidas. De acordo com Hair *et al.* (2005, p.32), “[...] regressão múltipla é o modelo de análise apropriado quando o

problema de pesquisa envolve uma única variável dependente métrica considerada relacionada a duas ou mais variáveis independentes métricas.”

Para fins deste estudo será utilizado como variável dependente o Índice de *Disclosure* Brasileiro – IDB e como variáveis independentes as seguintes variáveis: Tamanho, Localização, Alavancagem, Gratuidade, Benefícios Fiscais e Subvenção. Nesse caso, as variáveis Tamanho, Localização e Subvenção não são variáveis métricas, sendo necessário substituí-las por variáveis dicotômicas, que atuam como variáveis de substituição.

A regressão múltipla permite ao pesquisador, além de avaliar a importância de cada variável, uma maneira de avaliar a natureza das relações entre as variáveis independentes e dependente. O objetivo, segundo Hair *et al.* (2005, p.32), “[...] é prever as mudanças na variável dependente como resposta a mudanças nas variáveis independentes.”

Gordon *et al.* (2002), para testar as hipóteses do seu trabalho, utilizaram os seguintes modelos de regressão:

$$1) \text{ EXTENT} = \alpha + \beta_1 \text{LAGASSET} + \beta_2 \text{BRDMBRS} + \beta_3 \text{PUBLPRIV} + \beta_4 \text{BIG6} + \beta_5 \text{DEQUITY} + \varepsilon$$

$$2) \text{ SEA} = \alpha + \beta_1 \text{TUITPCT} + \beta_2 \text{ENDOW} + \beta_3 \text{TUTION} + \varepsilon$$

$$3) \text{ SEA} = \alpha + \beta_1 \text{CONSBRD} + \beta_2 \text{STATEAUD} + \varepsilon$$

$$4) \text{ SEA} = \alpha + \beta_1 \text{TUITPCT} + \beta_2 \text{ENDOW} + \beta_3 \text{TUTION} + \beta_4 \text{BIG6} + \beta_5 \text{PUBLPRIV} + \varepsilon$$

Modelo 1 – utilizado para testar as hipóteses de 1 a 5;

Modelo 2 – utilizado para testar as hipóteses de 7 a 9;

Modelo 3 – utilizado para testar a hipótese 10;

Modelo 4 – utilizado para testar as hipóteses 6 e 11.

Onde:

EXTENT = variável dependente representada pelo índice de *disclosure*;

SEA = variável dependente representada pelo índice de *disclosure* mensurando somente matrícula e desempenho;

α = intercepto padrão;

β = coeficiente padrão da regressão;

LAGASSET = logaritmo natural do ativo total ajustado em função dos recebimentos/pagamentos;

BRDMBRS = número de membros no conselho de administração;

PUBLPRIV = instituição pública ou privada (1=pública, 0=privada);

BIG6 = BIG6 ou não BIG6 auditor (1=Big6 empresa, 0=Outras);

DEQUITY = dívida de longo prazo em relação ao patrimônio líquido;

TUITPCT = anuidades e taxas em relação às receitas correntes totais;

ENDOW = logaritmo natural do valor justo do fundo de doações;

TUTION = percentual de anuidades atribuídos para os estudantes em tempo integral da graduação;

STATEAUD = auditor estatal ou não estatal;

CONSBRD = Conselho de administração consolidado (1 = sim, 0 = não);

ε = padrão normal, termo de erro distribuído randomicamente.

Os modelos apresentaram os seguintes resultados:

1. Modelo 1 - $R^2 = 0,131$, sendo que somente a variável LAGASSET apresentou associação positiva em relação a variável dependente.
2. Modelo 2 - $R^2 = 0,321$, sendo que somente as variáveis TUTION e ENDOW apresentaram associação positiva em relação a variável dependente.
3. Modelo 3 - $R^2 = 0,028$, tendo a variável STATEAUD apresentado associação positiva em relação a variável dependente.
4. Modelo 4 - $R^2 = 0,212$, sendo de somente as variáveis TUITPCT e ENDOW apresentaram associação positiva em relação a variável dependente.

O modelo desenvolvido e utilizado no trabalho dos autores acima citados possui algumas características que diferem substancialmente da realidade brasileira. O modelo utilizado nesta pesquisa para testar a associação entre índice de *disclosure* e algumas características corporativas busca investigar a existência de um relacionamento linear entre as variáveis, e é assim descrito:

$$\text{IDIESFB} = \alpha + \beta_1 \text{TAMANHO} + \beta_2 \text{ALAVANCAGEM} + \beta_3 \text{LOCALIZAÇÃO} + \beta_4 \text{GRATUIDADE} + \beta_5 \text{BENEFÍCIO FISCAL} + \beta_6 \text{SUBVENÇÃO} + \varepsilon$$

Onde:

IDIESFB – índice de *disclosure* das IESFB conforme apresentado anteriormente neste trabalho, sendo transformado posteriormente em logaritmo;

TAMANHO – conforme descrito no item 3.2.

ALAVANCAGEM – medida por meio da relação do exigível total e ativo total;

LOCALIZAÇÃO – região geográfica onde está estabelecida a instituição, sendo utilizada uma variável dicotômica, pois se trata de uma variável não métrica;

GRATUIDADE – valor aplicado em benefícios à população através de bolsas de estudos e outras formas de assistência social, medido em função do ativo total;

BENEFÍCIO FISCAL - valor recebido em benefício fiscal, especificamente INSS, medido em função do ativo total;

SUBVENÇÃO – variável dicotômica, sendo tratada estatisticamente como: (1=recebeu subvenção pública e 0=se não recebeu subvenção pública).

Foram incluídas em nosso modelo as variáveis: localização, gratuidade, benefício fiscal e subvenção não testadas em estudos anteriores relacionados com instituições de ensino superior, mas que, em função das particularidades das nossas instituições, optamos por incluir no nosso modelo.

3.5 Tratamento das variáveis

O processamento estatístico das variáveis foi realizado através do programa estatístico Eviews 4.0, sendo utilizadas, para fins de análise, apenas as observações que tivessem todos os dados válidos.

Apesar de constarem na lista 146 (cento e quarenta e seis) instituições, foram consideradas para análise somente 144 (cento e quarenta e quatro) instituições, em virtude de que 2 (duas) instituições não informaram o valor dos seus passivos.

Mediante a aplicação de testes realizados pelas estatísticas *t* e *F*, da análise de coeficientes da regressão, coeficientes de determinação da correlação e do erro-padrão busca-se verificar a confiabilidade das estimativas obtidas.

Hair *et.al.* (2005, p.160) afirmam que: “testar a significância estatística para os coeficientes estimados em análise de regressão é apropriado e necessário quando a análise é baseada em uma amostra da população e não em um censo.” Segundo os autores, o pesquisador não está interessado na estimativa de regressão apenas para aquela amostra, mas sim em saber o quanto os resultados são generalizáveis para toda a população.

Neste sentido, de acordo com Hair *et. al.* (2005,p.160), “os testes de significância dos coeficientes de regressão fornecem uma estimativa estatisticamente baseada na probabilidade de que os coeficientes estimados em muitas amostras de um dado tamanho sejam de fato diferentes de zero.” Os testes de significância de coeficientes de regressão possibilitam ao pesquisador avaliar empiricamente o verdadeiro impacto da sua pesquisa e determina se os impactos representados pelos coeficientes são generalizáveis ou não a toda a população.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela a seguir apresenta o índice de *disclosure* das IESFB do Brasil, tendo por base as informações coletadas no Ministério da Justiça e da página da internet das respectivas instituições.

Tabela 1 – Índice de *Disclosure*

Características qualitativas	Escore
I – Visão Geral	0,37
II – Desempenho dos serviços	0,02
III – Desempenho financeiro	0,15
IV – Situação física e financeira	0,18
Escore médio	0,18

Observa-se que o grupo que apresenta maior índice é o grupo I com 37%. Ressalta-se que dois itens que constam desse grupo, demonstração dos objetivos e políticas contábeis, são *disclosures* obrigatórios exigidos no relatório de prestação de contas do Ministério da Justiça, o que fez com que esse grupo obtivesse um escore maior que os demais grupos.

Primeiramente, executou-se o modelo completo conforme especificado no item 3.5. Posteriormente, em função de que o modelo não cumpriu alguns pressupostos, foram realizados testes para verificar a forma da distribuição dos erros e a ausência de heterocedasticidade, sendo aplicado o teste não paramétrico Jarque-Bera para verificar o comportamento dos erros e o teste White para testar a ausência de heterocedasticidade.

Tabela 2 – Modelo de Regressão

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/16/09 Time: 12:56

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
SUL	-7.227642	6.974309	-1.036324	0.3019
SUDESTE	-9.705157	6.913567	-1.403784	0.1626
SUBVEN	5.140164	1.604843	3.202907	0.0017
NORDESTE	-7.916671	7.333532	-1.079517	0.2823
MEDIA	1.038083	2.113627	0.491138	0.6241
LNGRAT	0.166719	0.094393	1.766222	0.0796
GRANDE	2.667443	1.741318	1.531853	0.1279
CO	-2.306382	8.061826	-0.286087	0.7752
C	-105.2333	18.93582	-5.557367	0.0000
R-squared	0.157180	Mean dependent var	-75.63014	
Adjusted R-squared	0.107965	S.D. dependent var	9.572240	
S.E. of regression	9.040753	Akaike info criterion	7.301024	
Sum squared resid	11197.73	Schwarz criterion	7.484945	
Log likelihood	-523.9748	F-statistic	3.193700	
Durbin-Watson stat	2.055263	Prob(F-statistic)	0.002355	

Foram retiradas do modelo as variáveis Alavancagem e Benefícios Fiscais, sendo que tanto a variável dependente LNIDIESFB e LNGRAT foram transformadas em logaritmo. O modelo mostrou-se significativo, apresentando *p-value* de 0,002355 sendo aprovado, considerando nível de confiança de 1%. Pelo modelo, as variáveis Subvenção e Gratuidade apresentam evidências estatísticas de que estão associadas a variável dependente, haja vista que o *p-value* encontrado é menor do que o α -alfa estabelecido de 0,10. O poder explicativo do modelo verificado por meio do R^2 ajustado é de apenas 0,107965 ou seja o poder explicativo do modelo é de 10,80%.

O modelo apresentado na tabela acima, não mostrou consistência em relação ao modelo testado por Gordon *et.al.* (2002) e outros estudos realizados no mercado de capitais no que diz respeito a variável tamanho, já que tanto o estudo de Gordon *et.al.* (2002) quanto os demais estudos já referenciados neste trabalho os resultados comprovam a associação entre o tamanho da empresa e o nível de *disclosure*, sendo que em nosso estudo essa associação não foi comprovada.

Ressalte-se, entretanto, que em relação à variável alavancagem o estudo em questão apresentou consistência em relação ao estudo de Gordon *et. al.* (2002) não sendo comprovada a associação com o nível de *disclosure*. Com relação ao poder explicativo do modelo, verificou-se aproximação em relação ao resultado encontrado no estudo acima referenciado haja vista que o resultado do R^2 ajustado no presente estudo foi de 0,107965 e o do estudo de Gordon *et. al.* (2002) foi de 0,131.

As demais variáveis testadas na atual investigação não são comparáveis com o estudo de Gordon *et. al.* (2002) e também com outros estudos já que não foram encontrados na literatura estudos sobre *disclosure* de IESF que possibilitassem a comparação.

5 CONCLUSÕES

A associação entre características corporativas e o seu relacionamento com o nível de *disclosure* em instituições de ensino superior ainda é um assunto pouco explorado internacionalmente. No exterior, existem alguns trabalhos empíricos que orientaram a pesquisa em questão; entretanto, no Brasil talvez pelas dificuldades nas coletas de informações não foram encontrados trabalhos empíricos sobre esse tema.

Os estudos demonstram que a maioria das melhorias que tem ocorrido na *accountability* das instituições de ensino superior ocorreram devido às mudanças nas legislações no que diz respeito a forma de prestação de contas dessas instituições. Por outro lado, estudo realizado com instituições de ensino superior do Canadá por Nelson, Banks e Fisher (2003) indicou que mudanças na administração, a percepção de necessidade em comunicar-se com os *stakeholders* ou a necessidade de um sistema de informação interna melhor foram os fatores que influenciaram as melhorias, sendo dessa maneira melhorias voluntárias e não obrigatórias.

Nesse aspecto, no Brasil infelizmente as mudanças na legislação para as IESFB não fortalecem de maneira alguma a *accountability* pública, ocorrendo dessa forma um retrocesso com relação a essa questão. Embora discute-se muito sobre a importância de informações não financeiras para organizações sem fins lucrativos, elas ainda não são exigidas.

Algumas IESFB, poucas ainda, têm disponibilizado em suas páginas na internet além das demonstrações contábeis anuais, o relatório da administração, o parecer da auditoria e o balanço social. Essa atitude por parte dessas instituições demonstra a preocupação em relação a *accountability* pública a partir do momento em que além de fornecer informações aos órgãos reguladores coloca também a disposição dos diversos *stakeholders* para que realizem as suas análises.

Os resultados desse estudo mostram que a maioria das IESFB pesquisadas só apresenta *disclosure* obrigatório, demonstrando a pouca preocupação das instituições com o *disclosure* voluntário. O DAM-score, desenvolvido por Coy, Dixon e Tower (1993) além de avaliar as divulgações financeiras e não financeiras das instituições de ensino superior provocou em universidades da Nova Zelândia uma busca pela melhoria dos seus índices.

BIBLIOGRAFIA

AHMED, Kamran; COURTIS, Jonh K. *Association between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta analysis*. **British Accounting Review**, Kindlinton n.31, p.35-61, 1999.

BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Contribuição ao estudo de um sistema de contabilidade gerencial para uma gestão eficaz das instituições de ensino**. São Paulo, 1997. 230 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BRASIL. **Constituição de 1988**: Constituição Federal. Organizador: Pedro de Milanélio Piovezane; Coordenadora: Dulce Eugênia de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Rideel, 1999.

_____. **Decreto n. 2.536 de 06/04/1998**. Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei n. 8.742, de 7/12/1993, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 15/08/2004.

_____. **Lei n. 8.212, de 24/07/1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=LEI&secao=NJUILEGBRAS&numLe>>. Acesso em: 15/08/2004.

COOPER, D.R. & SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COY, D.; TOWER, G.; DIXON, K. *Quantifying the quality of tertiary education annual reports*. **Accounting and Finance**, [S.l.], v.33, p.121-129, november 1993.

DYE, Ronald A. *Disclosure of non proprietary information*. **Journal of Accounting Research**, v.23, n.1, p. 123-145, Spring, 1985.

_____. *An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting*. **Journal of Accounting and Economics**. Amsterdam: v.32, n.1-3, p.181-235, 2001.

GORDON, T.; FISCHER, Mary; MALONE, David; TOWER, Greg. *A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States*. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S.l.], 21, p. 235-275, 2002.

HAIR JR., Joseph F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOPE, Kristian-Ole. *Firm-level Disclosures and the Relative Roles of Culture and Legal Origin*. **Journal of International Financial Managerial and Accounting**, [S.l.], v.14, n.3, p. 218-248, 2003.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of Financial Economics**, Amsterdam, v.3, n.4, p. 305-360, oct. 1976.

LIMA, Emanuel Marcos. **Contribuição para apuração e evidenciação dos resultados das instituições de ensino superior com certificado de entidade beneficente de assistência social – IESCEBAS**. São Paulo, 2003. 183 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

NELSON, Morton; BANKS, William; FISHER, James. *Improved accountability disclosures by Canadian universities*. **Canadian Accounting Perspectives**, [S.l.], 2, 1; ABI/INFORM Global, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERRECCHIA, Robert E. *Discretionary disclosure*. **Journal of Accounting and Economics**, n. 5, p. 179-194, 1983.

_____. *Essays on disclosure*. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, 2001.